



REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE

**DISCURSO DE SUA EXCELÊNCIA
O PRIMEIRO-MINISTRO**

**FORTALECIMENTO DOS DIREITOS DE PROPRIEDADE EM TIMOR-
LESTE**

**CERIMÓNIA DE LANÇAMENTO DO PROJECTO DE LEVANTAMENTO
CADASTRAL SISTEMÁTICO EM TIMOR-LESTE**

Díli, 28 de Julho de 2008

Embaixada Americana,
USAID,
Demais representações diplomáticas,
Demais membros do Governo,
Direcotor Nacional de Terras e Propriedades e sua equipa,
Membros da ARD, Inc,
Demais convidados,

Estamos hoje aqui reunidos para celebrar dois eventos: o projecto “Ita Nia Rai”, que pretende reforçar os direitos de propriedade em Timor-Leste e o início do levantamento da informação cadastral do País, a componente mais relevante do projecto “Ita Nia Rai”.

Por isso, começo esta breve alocução por agradecer ao Governo Americano e à sua Agência Internacional de Apoio ao Desenvolvimento (USAID) o esforço que realizaram nos últimos meses para permitirem a implementação do projecto de levantamento cadastral de Timor-Leste, ao mesmo tempo que se desenvolvem as ferramentas jurídicas necessárias para estabilizar o direito de propriedade neste País.

Os EUA sempre estiveram presentes na tentativa de desenvolvimento deste projecto e o IV Governo Constitucional impôs-se a responsabilidade de resolver definitivamente a questão do cadastro e da propriedade em Timor-Leste. Do Acordo Geral de Cooperação Técnica assinado entre Timor e os EUA em 2003, foi negociado um memorando de Entendimento entre a USAID e o Ministério da Justiça que prevê que, até ao final do mandato deste Governo, as parcelas de terras em Timor-Leste estejam devidamente cadastradas, assim como prevê o desenvolvimento dos estudos jurídicos que permitam a elaboração de um Regime Especial de Atribuição de Propriedade para as complexas situações ocorridas no passado, assim como prevê ainda o apoio na elaboração do futuro Código de Registo Predial.

Com este projecto, com a sua coordenação com os diferentes serviços do Ministério da Justiça, estou certo que seremos capazes de cumprir o objectivo de Reforçar os Direitos de Propriedade em Timor-Leste e contribuir definitivamente para o seu progresso social e económico.

Por todo este empenhamento, permitam-me que saúde toda a equipa técnica da ARD, os representantes do Governo Americano e da USAID, o Ministério da Justiça e vos transmita a minha total confiança no vosso, que será nosso, sucesso.

Permitam-me ainda que faça alusão ao planeamento estratégico que está a ser, neste momento, preparado pelo Ministério da Justiça. Este planeamento, que definirá as metas do sector da Justiça até 2012, reflecte a preocupação sincera do Governo Timorense em demonstrar ao seu Povo e às Nações Doadoras que Timor-Leste está apto a definir as suas prioridades e está pronto para assumir compromissos calendarizados de implementação de programas, contribuindo decisivamente para uma melhor definição dos Orçamentos Anuais e permitindo um maior controlo sobre a sua execução.

Mencionei aqui a elaboração de um documento estratégico para o sector da Justiça porque nele estará contida a forte aposta que este Governo fará na melhoria dos serviços afectos à Direcção Nacional de Terras, Propriedades e Serviços Cadastrais. Contemporaneamente ao levantamento cadastral e à elaboração da legislação pertinente em matéria de direitos de propriedade, este Governo entende que deverá assumir a responsabilidade de garantir a prestação de um bom serviço público, alocando verbas do próximo Orçamento Anual para a melhoria dos serviços de Administração do Património do Estado, para os serviços de atendimento ao público, para a informatização da Direcção Nacional.

Apraz-me portanto registar que estamos todos coordenados, que Timor responde ao apoio dos seus parceiros internacionais através da assumpção de responsabilidades, através do planeamento e definição estratégicos das suas necessidades, através da criação dos mecanismos de controlo que lhe permitam a correcta execução das tarefas impostas.

A Segurança Jurídica e o Comércio Jurídico anseiam por uma solução que permita o progresso económico e social de Tuimor-Leste. Protegeremos os cidadãos timorenses, promovendo limitações ao direito de propriedade, mas saberemos desenvolver mecanismos que permitam captar e promover o investimento externo. Procuraremos o consenso nacional nas soluções que iremos apresentar muito brevemente relativamente aos direitos de propriedade em Timor-Leste. Mas promoveremos, sempre, as soluções que sejam mais justas e permitam maior equidade social e económica entre todos os timorenses.

Muito obrigado.